
MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO

Advogado. Juiz aposentado do TRT da 9.^a Região. Fundador da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná. Membro do Instituto Latino-Americano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social; da Société Internationale e Droit du Travail et de la Sécurité Sociale; do Instituto dos Advogados do Paraná; da Academia Brasileira de Direito do Trabalho; da Academia Paranaense de Letras Jurídicas; do Instituto dos Advogados de São Paulo. Professor Emérito na Faculdade de Direito de Curitiba — UNICURITIBA.

A  o Rescisória no Processo do Trabalho

5.^a Edi  o



LTR^{  }



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571

CEP 01224-003

São Paulo, SP — Brasil

Fone: (11) 2167-1101

www.ltr.com.br

Junho, 2017

Versão impressa: LTr 5781.1 — ISBN 978-85-361-9188-1

Versão digital: LTr 9154.8 — ISBN 978-85-361-9260-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Teixeira Filho, Manoel Antonio

Ação rescisória no processo do trabalho / Manoel Antonio Teixeira Filho. — 5. ed. — São Paulo : LTr, 2017.

Bibliografia.

1. Ação rescisória 2. Ação rescisória — Brasil 3. Direito processual do trabalho I. Título.

17-02647

CDU-347.922:331(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ação rescisória : Processo trabalhista
347.922:331(81)
2. Brasil : Processo trabalhista 347.922:331(81)

1101647

Índice Sistemático da Matéria

Preâmbulo	15
Preâmbulo à 4. ^a Edição	19
Preâmbulo à 5. ^a Edição.....	21
 Primeira Parte – Generalidades	
Capítulo I — Escorço Histórico.....	25
Direito romano	25
Direito reinícola português	28
a) Ordenações Afonsinas	29
b) Ordenações Manuelinas	31
c) Ordenações Filipinas.....	31
A fase da legislação brasileira	32
1. O Regulamento n. 737, de 1850.....	32
2. O Decreto n. 763, de 1890.....	33
3. A legislação antecedente ao CPC de 1939.....	33
4. O CPC de 1939.....	34
5. O CPC de 1973.....	36
6. O CPC de 2015.....	38
A ação rescisória na Justiça do Trabalho	39
a) Período anterior à CLT.....	39
b) O advento da CLT	41
Capítulo II — Natureza Jurídica.....	46
Comentário	46
Capítulo III — Fundamentos Políticos	49
Comentário	49
Capítulo IV — Conceito	52
Comentário	52
Capítulo V — Classificação	56
Comentário	56

Capítulo VI — Relação Jurídica Processual	61
Comentário	61
Sujeitos	61
Objeto	63
Pressupostos processuais	64
Características da relação processual	65
Capítulo VII — Condições da Ação Rescisória	67
Comentário	67
a) Teoria civilista	67
b) Teoria do direito concreto	68
c) Teoria do direito potestativo	68
d) Teoria do direito abstrato	69
e) Outras teorias	71
As condições da ação	71
a) Possibilidade jurídica do pedido	72
b) Interesse processual	73
c) Legitimidade <i>ad causam</i>	78
A legitimidade para a ação rescisória	79
Legitimidade ativa	79
a) Parte ou sucessor	79
b) Terceiro juridicamente interessado	82
c) Ministério Público	83
A questão do sindicato como substituto processual	85
Legitimidade passiva	91
Capítulo VIII — Pressupostos	93
Comentário	93
a) Decisão de mérito	94
b) Trânsito em julgado	94
Prequestionamento	95
Capítulo IX — Competência	100
Comentário	100
Capítulo X — Sentença de Mérito	104
Comentário	104
Sentença	104
Mérito	105
Conceito de mérito	108
Mérito no processo de conhecimento	114

Mérito no processo de execução	121
a) Liquidação e mérito.....	124
b) Arrematação, adjudicação e remição.....	127
Arrematação	127
Adjudicação.....	131
Remição	132
Mérito nos recursos.....	132
Mérito e “jurisdição voluntária”	133
Mérito e mandado de segurança	134
Mérito sem rescisória	134
Rescisória sem mérito.....	136
Mérito e homologação de sentença estrangeira.....	137
Mérito e juízo arbitral	139
Capítulo XI — Sentenças Nulas, Inexistentes e Rescindíveis	141
Comentário	141
a) Sentenças rescindíveis	141
b) Sentenças inexistentes.....	145
Capítulo XII — Coisa Julgada	149
Comentário	149
Coisa julgada formal	150
Coisa julgada material.....	150
Fundamento da autoridade da coisa julgada.....	151
a) Fundamento de natureza política	151
b) Fundamento de natureza jurídica.....	152
1. Teoria da presunção da verdade	153
2. Teoria da ficção da verdade	153
3. Teoria da força legal da sentença.....	154
4. Teoria da eficácia da declaração	154
5. Teoria da extinção da obrigação jurisdicional.....	155
6. Teoria da vontade do Estado	155
7. Teoria da imperatividade.....	156
8. Teoria da qualidade especial da sentença.....	156
9. A opinião do autor	157
Preclusão e coisa julgada.....	158
Limites da coisa julgada	159
a) Limites objetivos.....	159
— O problema das “questões”	162
— Estrutura da sentença e coisa julgada	163
— Uma palavra final sobre o assunto	165

b) Limites subjetivos	166
Coisa julgada e relações jurídicas continuativas	168
A relativização da coisa julgada material.....	170
Capítulo XIII — “Iudicium rescindens” e “Rescissorium”	174
Comentário	174
Capítulo XIV — Causas de Rescindibilidade	177
Prevaricação, concussão e corrupção do juiz (CPC, art. 966, I).....	177
Introdução	177
Prevaricação.....	178
Concussão	179
Corrupção.....	180
Impedimento e incompetência absoluta (CPC, art. 966, II)	183
Introdução	183
Impedimento	184
Incompetência absoluta.....	187
Dolo ou colusão (CPC, art. 966, III)	189
Introdução	189
Dolo	190
Colusão.....	193
Ofensa à coisa julgada (CPC, art. 966, IV).....	196
Introdução	196
Violação manifesta de norma jurídica (CPC, art. 966, V).....	203
Introdução	203
Violação de lei ou de direito.....	203
Lei material e lei processual	208
Prova falsa (CPC, art. 966, VI)	212
Introdução	212
Conceito de falsidade	212
Presunções e indícios	213
Falsidade e meios de prova.....	215
a) Confissão	215
b) Documental	215
c) Testemunhal.....	217
d) Pericial.....	218
Juízo de apuração da falsidade	219
a) Juízo criminal.....	219
b) Juízo civil	221
c) Juízo rescisório	222

Prova nova (CPC, art. 966, VII).....	223
Introdução	223
Obtenção da prova nova.....	224
Não influência da vontade do autor	225
Prova nova	226
Pertinência com o fato alegado.....	228
Decisão favorável.....	228
Confissão, desistência e transação.....	229
Introdução	230
Confissão	230
a) Elemento objetivo.....	231
b) Elemento subjetivo	232
c) Elemento intencional.....	232
d) Confissão judicial	233
e) Confissão extrajudicial	234
Reconhecimento do pedido.....	235
Ação anulatória.....	235
Desistência.....	236
Transação	236
Erro de fato (CPC, art. 966, VIII)	238
Introdução	238
Conceito e requisitos	239
Nota final sobre as causas de rescindibilidade examinadas.....	242
Capítulo XV — Sentença Injusta, Má Apreciação da Prova e Errônea Interpretação do Contrato	243
Comentário	243
Capítulo XVI — Ação Anulatória	245
Comentário	245
Ação anulatória	245
Sentença homologatória de transação.....	245
Capítulo XVII — Prazo para o Ajuizamento	248
Comentário	248
Capítulo XVIII — Decisão Rescindenda	255
Comentário	255
Capítulo XIX — Acórdão Rescindente. Natureza Jurídica. Efeitos.....	260
Comentário	260

Capítulo XX — Recursos Interponíveis	262
1. Agravo regimental	262
2. Embargos de declaração	262
3. Recurso ordinário	262
4. Recurso adesivo	263
5. Recurso extraordinário	263
Capítulo XXI — Rescisão de Rescisória	265
Comentário	265
Capítulo XXII — Ação Rescisória e Recurso Extraordinário	268
Comentário	268
Capítulo XXIII — Execução da Decisão Rescindenda e sua Suspensão	271
Comentário	271
Capítulo XXIV — Rescisória de Acórdão que não Admite Recurso	277
Comentário	277
Capítulo XXV — Honorários de Advogado	284
Comentário	284
Capítulo XXVI — Remessa <i>Ex Officio</i> em Ação Rescisória	289
Comentário	289
a) Sentença desfavorável e remessa provida	291
b) Sentença desfavorável e remessa não provida	291
c) Sentença favorável e recurso provido	292
d) Sentença favorável e recurso não provido	292
Capítulo XXVII — Restituição de Quantias Pagas por Força da Decisão Rescindida	295
Comentário	295

Segunda Parte — Do Procedimento

Capítulo I — Introdução	299
Comentário	299
Capítulo II — Petição Inicial	301
Comentário	301
Requisitos	301
a) o juízo a que é dirigida	302
b) nomes, prenomes, estado civil, existência de união estável, profissão, número de inscrição no CPF-MF ou no CNPJ, endereço eletrônico, domicílio e residência do autor e do réu	303

c) os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido	303
d) o pedido com suas especificações	305
e) o valor da causa	306
f) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	308
g) a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação	309
O indeferimento da inicial	309
a) Inépcia (CPC, art. 330, I)	310
b) Ilegitimidade manifesta da parte (CPC, art. 330, II)	313
c) Falta de interesse processual (CPC, art. 330, III)	314
d) Desrespeito aos arts. 106 e 321 (CPC, art. 330, IV)	316
e) Falta de realização do depósito (CLT, art. 836, caput. CPC, art. 968, II)	318
Capítulo III — Citação e Resposta do Réu	321
Citação	321
a) Princípio da utilidade dos prazos.....	323
b) Princípio da continuidade.....	324
c) Princípio da inalterabilidade	324
d) Princípio da peremptoriedade.....	324
e) Princípio da preclusão.....	325
Resposta do réu	328
Exceção	331
a) Incompetência	331
b) Impedimento.....	332
c) Suspeição.....	346
Outros casos de impedimento e de suspeição	361
Contestação	363
Introdução	364
Etimologia e conceito	365
Esboço histórico	366
Finalidade e efeitos.....	367
Defesas direta e indireta.....	368
Exceção e contestação	369
A contestação no processo eletrônico.....	373
Revelia	400
Conceito	400
A revelia e a Súmula n. 122, do TST	404
Efeitos.....	405
Revelia e alteração do pedido	416
A sentença	420
Revelia e recurso.....	424

Reconvenção	428
Comentário.....	428
Conceito	429
Pressupostos legais	429
Procedimento	433
a) petição inicial.....	433
b) resposta.....	436
c) instrução	437
d) razões finais e segunda proposta de conciliação.....	437
e) desistência.....	438
f) sentença.....	439
 Capítulo IV — Produção de Provas	444
Ônus da prova	444
A produção de provas na ação rescisória.....	448
 Capítulo V — Razões Finais	451
Comentário	451
 Capítulo VI — Acórdão Rescisório	453
Comentário	453
a) Relatório	453
b) Fundamentação.....	456
c) Dispositivo	461
 Bibliografia.....	465